



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

ISSN: 1983-8239

Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos

Ribeiro, Ednaldo; Borba, Julian

TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE: evolução de indicadores e condicionantes

Caderno CRH, vol. 32, núm. 87, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 641-657

Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos

DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i87.23749>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347663003013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE: evolução de indicadores e condicionantes

*Ednaldo Ribeiro**

*Julian Borba ***

Combinando contestação pública com participação política, a democracia é igualmente dependente de um ambiente de tolerância política. Uma democracia de qualidade não poderia existir em um ambiente marcado por forte intolerância, no qual as pessoas não têm oportunidade de expor as suas opiniões e debater suas ideias. Essa condicionalidade impõe dificuldades para o processo de aprimoramento da democracia brasileira, especialmente considerando os conturbados últimos anos. A atual crise política, iniciada com os protestos que culminaram com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e ainda sem data para terminar, tem sido marcada por forte contenciosidade e manifestações de intolerância das diferentes partes envolvidas na disputa. Diante desse cenário, este artigo apresenta um quadro da tolerância política no Brasil recente. Utilizando a série histórica de dados de opinião pública do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), analisamos a evolução de diferentes indicadores de atitudes politicamente tolerantes e, para além desses contornos gerais, exploramos possíveis condicionantes sociodemográficos, atitudinais e comportamentais. Os dados indicam que, em todos indicadores, a opinião dos brasileiros tende a ser majoritariamente tolerante para o conjunto das medidas adotadas, verificando-se, porém, um declínio em todas elas quando observada a pesquisa de 2014. Quanto aos determinantes da tolerância, foram encontradas evidências de que tais atitudes estão relacionadas com maiores níveis de mobilização cognitiva dos eleitores.

PALAVRAS-CHAVE: Tolerância política. Brasil. Comportamento político.

INTRODUÇÃO

Como é amplamente conhecido nacional e internacionalmente, os anos de 2015 e 2016 foram bastante tumultuados no cenário político brasileiro. Manifestações e protestos levaram milhares de pessoas às ruas, alguns indignados com a corrupção política e pedindo a saída da presidente Dilma Rousseff, e outros defendendo a continuidade do governo e o respeito ao resultado das últimas eleições. Nesses eventos coletivos, eram comuns manifestações verbais, cartazes e faixas com conteúdos que sugerem padrões de intolerância política. Em alguns casos, felizmente esporádicos, essa rejeição se converteu em violência física, o que levou inclusive à construção, pela Secretaria de Segurança e Paz Social do Distrito Federal, de um muro de fer-

* Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Ciência Política.
Av. Colombo, 5790. Jardim Universitário. Cep: 87020-900. Maringá – Paraná – Brasil. ednaldoribeiro@icloud.com
<https://orcid.org/0000-0002-4005-5108>

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Departamento de Sociologia e Ciência Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Campus Universitário. Caixa Postal 476. Cep: 88.010-970. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. borbjulian@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-0149-6533>

ro com um quilômetro de extensão ao longo do gramado da Esplanada dos Ministérios em frente ao Congresso Nacional, separando grupos favoráveis e contrários ao governo no momento em que ocorreram as votações na Câmara e no Senado sobre a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente, em Abril de 2016. Se, nas ruas, episódios de intolerância política foram registrados, o ambiente virtual proporcionado pelas redes sociais, provavelmente em razão do anonimato, potencializou ainda mais as atitudes de negação da pluralidade de ideias e projetos políticos. Após o afastamento da presidente Dilma Rousseff e o início do governo interino de Michel Temer, o quadro permanece inalterado, e os episódios de intolerância continuam se repetindo.

Se, por um lado, esse cenário pode indicar uma positiva elevação do interesse dos brasileiros por política (efêmero ou não, só o tempo irá dizer), por outro, nos obriga a pensar sobre seus efeitos sobre a jovem democracia nacional, já que tal forma de governo pressupõe a liberdade de ideias e a pluralidade de projetos políticos.

Apesar de adotar a regra da maioria e requerer mecanismos de agregação de preferen-

cias em instituições com estrutura majoritária (Dahl, 2012), a democracia liberal também é reconhecida como um sistema no qual minorias têm o direito institucionalizado de lutar para se converter em maioria. Ao definir o regime poliárquico como aquele que combina contestação com participação, Robert Dahl (1997) estabelece que todos os indivíduos ou grupos devem ter assegurado o acesso aos meios necessários para se apresentarem como alternativas políticas (viáveis ou não), tentando convencer outros sobre a qualidade de suas ideias e projetos. Não por acaso, Gibson e Gouws (2003) argumenta que a tolerância anda lado a lado com a contestação pública. Em um ambiente marcado pela intolerância, as pessoas não têm oportunidade de expor suas opiniões de forma igualitária, tampouco debater publicamente suas ideias (Dahl, 1997).

A despeito desse pressuposto liberal, ao longo da história democrática, vários são os exemplos de violação dessas garantias, com diferentes justificativas. Gibson (2009) destaca que, mesmo nos séculos XX e XXI, existem países que proíbem o registro de partidos baseados em alguma religião, enquanto outros, inversamente, banem legendas sem vinculações religiosas. Nos EUA, na década de 1950, partidos ou grupos políticos de orientação comunista foram proibidos de divulgar suas ideias e projetos (Goldstein, 1978). Ainda que justificativas históricas e morais sejam oferecidas em cada caso de restrição ou banimento, é consensual que uma democracia pressupõe o debate em um ambiente de tolerância.

Essa liberdade deve envolver as ações e comportamentos relacionados à persuasão política, ao direito ao voto e de competir pelo poder político. Ela engloba, portanto, desde a possibilidade de realizar discursos até lançar candidaturas a cargos públicos. Violações desses direitos de minorias são historicamente impetradas por governos que sentem sua posição ameaçada, mas são igualmente relevantes aquelas ameaças mais sutis que operam no nível da cultura política da sociedade (Mill, 2007).

Ou seja, crenças, valores, atitudes e comportamentos podem restringir fortemente o espaço de atuação de minorias, comprometendo fortemente a extensão da liberdade pelo estabelecimento de um contexto de intolerância para com as diferenças políticas (Gibson, 2009). Tão importante quanto inventariar as ações concretas de restrição de liberdades impetradas por governos autoritários é, portanto, avaliar em que medida os cidadãos de um determinado país partilham uma cultura de tolerância que favoreça a constituição de um ambiente onde o debate aberto e livre possa ocorrer, até porque essa cultura atua como freio indispensável contra medidas governamentais restritivas.

Ao investigar a tolerância política, estamos no campo de estudos sobre cultura política democrática, embora tratando de uma dimensão pouco estudada pela literatura brasileira. Seguimos, aqui, os passos de uma crescente literatura que entende que o apoio à democracia deve ser examinado como um fenômeno que envolve múltiplas dimensões (Booth; Seligson, 2009; Carlin; Singer, 2011; Casalecchi, 2016; Fuks *et al.*, 2016; Schedler; Sarsfield, 2007) e que, portanto, o “cidadão democrático” não é aquele que apenas afirma preferir a democracia como forma de governo, mas que também adere a um conjunto de valores e crenças democráticos, do qual a tolerância é parte importante.

Desde o estudo pioneiro de Stouffer (1955), o conceito de tolerância política tem sido definido como uma atitude favorável ao exercício de direitos políticos por grupos que são alvo de desafeição ou forte discordância de um determinado ator político. Como veremos na seção seguinte deste artigo, as formas de mensuração dessas atitudes e seus alvos foram se alterando ao longo dessas quase sete décadas de investigações, mas essa definição conceitual se mantém relativamente estável.

A relevância desse tipo de investigação ganha ainda maior envergadura nos contextos das jovens democracias, especialmente as que convivem ainda com fragilidades ins-

titucionais significativas (como as reveladas no contexto da atual crise política brasileira) e com uma cultura política ambivalente, que combina elementos democráticos com outros autoritários (Moisés, 2008). Especialmente no momento em que ocorre um acirramento dos conflitos políticos que extrapolam o parlamento e as disputas eleitorais e atingem as ruas, é importante empreender uma investigação sobre a tolerância política em nosso país.

O presente artigo pretende contribuir para essa agenda de pesquisas de duas formas. Logo após uma breve seção teórica, na qual apresentamos o debate sobre mensuração e condicionantes da tolerância política, analisamos a evolução de alguns indicadores utilizando uma curta série histórica de dados, disponibilizada pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). Nossa questão fundamental, nessa etapa da análise, diz respeito à existência de um movimento de redução dos níveis de tolerância política nesse período recente de acirramento de disputas políticas. A hipótese fundamental, que demonstraremos ter sido confirmada, é a do declínio. A segunda contribuição, apresentada na terceira seção, diz respeito aos condicionantes e foi orientada pelo teste de duas teses centrais nessa agenda: uma primeira, que tende a afirmar a relevância de fatores ligados à percepção de ameaça, e outra, que reforça uma dimensão ligada a recursos, principalmente cognitivos (como a escolaridade) e atitudinais (como adesão abstrata à democracia). Nossa hipótese fundamental, nessa etapa, afirma a relevância dos recursos e atitudes, a despeito do acirramento do conflito político recente, principalmente em razão da marcante desigualdade ainda existente em nosso país, no que diz respeito aos recursos necessários à sofisticação política e à consistência de uma postura democrática. Nesse sentido, nossa expectativa é a de que os mais escolarizados e mais comprometidos com a adesão normativa à forma democrática sejam também os mais tolerantes.

MEDIDAS E CONDICIONANTES DA TOLERÂNCIA POLÍTICA

O reconhecimento da tolerância como importante objeto empírico, em razão de sua relevância para a efetividade e a qualidade da democracia, leva necessariamente ao questionamento sobre a quem ela se dirige e que atividades são permitidas. O estudo pioneiro de Stouffer (1955), realizado no contexto do macarthismo norte-americano, lidava com a prevalência de uma ameaça ideológica única: o comunismo. Com isso, o trabalho de mensuração era bastante facilitado, já que se tratava apenas de identificar em que medida os direitos políticos desse grupo eram aceitos pelos cidadãos. A dificuldade cresce exponencialmente quando não é possível identificar, com clareza, os grupos que são alvos de intolerância. O *General Social Survey*, principal fonte de dados sobre o tema nos Estados Unidos, por exemplo, inclui, em seu levantamento, cinco grupos: ateus, comunistas, homossexuais, militaristas e racistas (Smith *et al.*, 2014).¹

O problema não está apenas na ampliação do número de grupos listados nas pesquisas, pois, como alertaram Sullivan, Piereson e Marcus (1982), a identificação dos grupos que são alvo de intolerância leva a um erro de mensuração considerável, simplesmente pelo fato de as perguntas serem formuladas a todos os indivíduos indistintamente. Ou seja, ateus, comunistas, homossexuais, militaristas e racistas são perguntados sobre a aceitação dos direitos políticos de pessoas com as quais eles se identificam. Diante disso, Sullivan, Piereson e Marcus (1982) defendem que qualquer tentativa de mensuração da tolerância deve partir de uma atitude negativa em relação ao objeto (indivíduo ou grupo) sobre o qual as perguntas

¹ É importante apontar uma inconsistência nesse trabalho, presente também em trabalhos anteriores, em razão da inclusão de grupos criminosos entre os alvos de tolerância política, como racistas. Um avanço em termos de mensuração pode se dar com a separação de grupos conformistas, não conformistas e esses últimos que violam leis. Essa distinção nos parece fundamental, já que tem consequências substantivas e teóricas, principalmente no que diz respeito aos limites da tolerância em um contexto democrático.

tas serão feitas. O pesquisador não deveria, portanto, nomear os grupos, mas perguntar ao informante a que grupos ele se opõe, de que grupos discorda ou não gosta e, só depois disso, fazer perguntas específicas sobre o direito desses grupos (fazer discursos em público, concorrer a cargos públicos, etc.). Essa forma de mensuração tem sido denominada de abordagem do *least-liked group*.

Algumas críticas foram formuladas a essa abordagem (Hurwitz; Mondak, 2002). A mais importante diz respeito à sua incapacidade de medir a amplitude da intolerância, já que capta apenas a rejeição extremada em relação a um grupo identificado pelo informante como o de que menos gosta. É bastante provável que, além do grupo indicado como principal alvo de intolerância, o indivíduo também se oponha às ideias de outros grupos com menor intensidade. Como alerta Gibson (2009), na década de 1950, essa amplitude era reduzida, pois a esmagadora maioria dos que manifestavam alguma intolerância a dirigiam para os comunistas, enquanto hoje os alvos são múltiplos (ateus, socialistas, racistas, militaristas, segregacionistas, dentre outros).

Não se trata de questionar a validade da mensuração pelo destaque do grupo-alvo da maior rejeição, mas tão importante quanto identificar a intensidade da intolerância é mapear sua extensão, algo ainda por ser feito tanto em relação às atitudes individuais dos cidadãos como no nível dos países.

Mais recentemente, Mondak e Sanders (2003) propuseram uma estratégia alternativa de dicotomização, distinguindo indivíduos entre tolerantes e intolerantes, ainda que reconheçam, nesse segundo grupo, a existência de níveis de intensidade. Os autores utilizam os problemáticos dados do General Social Survey (GSS) para construir uma escala composta pelo apoio manifestado pelos entrevistados à restrição de direitos políticos de quinze grupos. Com isso, classificam como tolerantes aqueles que se manifestam favoráveis aos direitos de todos e como intolerantes aqueles que regis-

tram algum apoio à restrição. Os resultados que Mondak e Sanders (2003) encontraram, todavia, apontam uma fragilidade importante do procedimento proposto: o número de “totalmente tolerantes” é tão reduzido, que as consequências empíricas da dicotomização são questionáveis. Para além desse ponto, Gibson (2005) também critica essa abordagem em termos conceituais, já que é muito difícil imaginar um indivíduo que seja totalmente permisivo em relação a todas as formas de atividade política para todos os grupos indistintamente. De fato, pesquisa comparada envolvendo dezessete países (Peffley; Rohrschneider, 2003) identificou que a tolerância é uma *scarce commodity* e que a intolerância política é a regra entre as populações investigadas.

O atual estágio dessa literatura, desconsiderando a proposta de dicotomização, tem comportado pesquisas que adotam as duas estratégias apontadas acima: tolerância a grupos identificados e tolerância ao *least-liked*. Para o contexto da América Latina, em geral, e para o Brasil, em específico, a única fonte de dados sobre o tema até o presente momento é o *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), que adota a primeira estratégia, como iremos detalhar na próxima seção, dedicada à apresentação do quadro da tolerância política no nosso contexto.

TOLERÂNCIA POLÍTICA ENTRE OS BRASILEIROS

Utilizando a técnica dos grupos identificados, o LAPOP é a única fonte de informações sobre tolerância política entre os brasileiros. Como já apontamos anteriormente, esse procedimento tem sido fortemente criticado pela sua aplicação indistinta a todos os entrevistados, inclusive os que eventualmente se identificam com o grupo mencionado na pergunta (Sullivan; Piereson; Marcus, 1982). Em seu questionário, essa pesquisa insere um grupo bastante genérico e ampliado de “pessoas que falam mal da forma de governo”, e os entrevis-

tados devem apontar seu grau de aprovação ao exercício de direitos políticos fundamentais: votar, manifestar publicamente, concorrer a cargos públicos e discursar.

Esse procedimento abre uma janela considerável para erros de mensuração, principalmente porque aqueles que são críticos à forma de governo apresentam, obviamente, tendência a concordar mais fortemente com a fruição de todos esses direitos. A estratégia do *least-liked*, como também já apontamos, poderia evitar esse problema, já que, inicialmente, o entrevistado informaria qual o seu grupo de maior rejeição, o que excluiria seus grupos de identificação ou pertencimento.

Adicionalmente, o LAPOP também pergunta aos entrevistados sobre o direito de se candidatar a cargos públicos para homossexuais, o que também gera o mesmo problema.

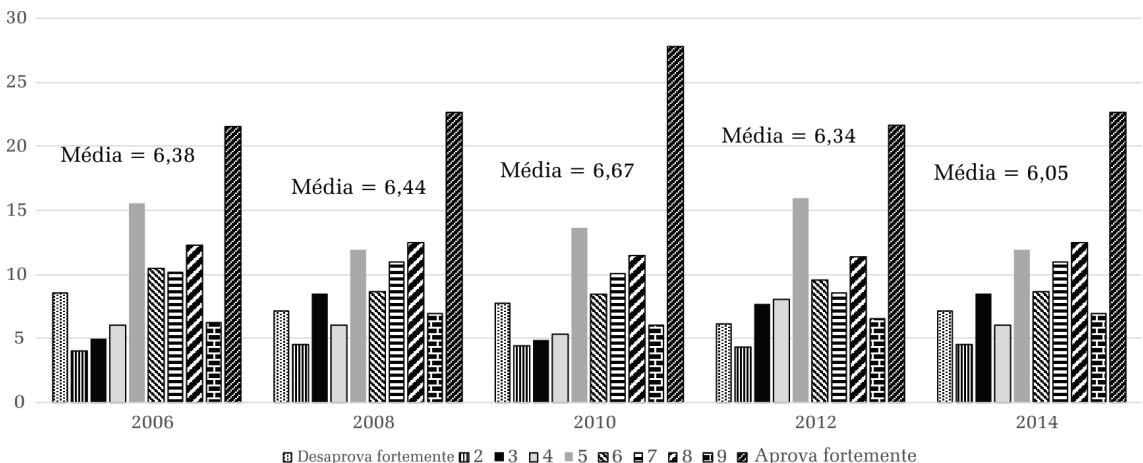
Não somos totalmente partidários da tese de que “qualquer dado é melhor do que nenhum dado”, mas, nesse caso específico, acreditamos que as informações disponibilizadas pelo projeto da Universidade de Vanderbilt não podem ser enquadrados na categoria de “dado pobre”, já que, ainda recentemente, autores como Mondak e Sanders (2003) defenderam a técnica da identificação como eficiente. Pode-se questionar o uso desse grupo genérico de opositores ao regime, mas também, no que diz respeito a esse ponto, a escolha pode ser justificada em con-

textos como o latino-americano, com histórico democrático recente e indicadores de adesão à democracia frágeis, se considerarmos metodologias mais rigorosas do que a simples variável churchilliana (Casalecchi, 2016).

Cientes das suas fragilidades e potencialidades, utilizamos, neste artigo, os dados do LAPOP, por entender que seus rendimentos são consideráveis para a compreensão de um fenômeno sobre o qual ainda sabemos muito pouco em nosso contexto nacional.

Iniciamos a apresentação do quadro nacional pela variável que mede a intensidade da aprovação do direito de votar do grupo de pessoas que fala mal do regime. Como é possível verificar no Gráfico 1 (a seguir), durante todo o período, média e mediana estão acima do centro da escala, que vai de 0 a 10. Não existe um “padrão ouro” para definir o que seria uma situação satisfatória de tolerância, pois isso depende fortemente do grupo ao qual a variável se refere, mas, ainda assim, consideramos esse patamar brasileiro como positivo. Especialmente se considerarmos os extremos da escala, constatamos concentração expressiva de entrevistados no ponto de maior tolerância. É importante, todavia, observar que, ao longo do tempo, ocorre redução nesse indicador, após uma elevação no ano de 2010. Ao final do período coberto pelas pesquisas do LAPOP, constatamos a menor média da série.

Gráfico 1 – Aprovação do direito de votar para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, 2007-2014 (%)



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

Essa avaliação positiva, todavia, é relativizada quando adotamos uma perspectiva comparativa, tanto no quadro latino-americano (Argentina, Chile e Uruguai) quanto incluindo países com histórico democrático mais longo (EUA e Canadá). Como o Gráfico 2 (a seguir) revela, partimos da penúltima posição, mas a queda, nos últimos anos, nos coloca como o país menos tolerante no que diz respeito a essa primeira medida avaliada. O destaque latino-americano fica por conta do Uruguai, que, apesar de experimentar certa instabilidade no período inicial da série histórica, começa com patamares superiores para a região sul do continente e termina acima dos EUA e bem próximo do Canadá. Falando em instabilidade, os

EUA chamam a atenção pela forte retração em 2008 e 2014.

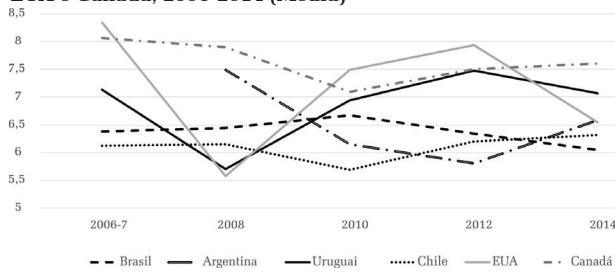
A segunda variável diz respeito à aprovação do direito de manifestação desse mesmo grupo de pessoas que falam mal da forma de governo. A situação é muito parecida com a anterior, com tendência considerável de concentração dos entrevistados no extremo positivo da escala. Observa-se também a mesma tendência de redução de média no último ano da pesquisa, ainda que seja mais sutil do que a observada em relação ao direito de votar.

Na comparação, observamos, dessa vez, maior similaridade com Argentina e Chile, com os quais terminamos praticamente empatados, muito em função da queda bastante

expressiva da Argentina, que parte de patamares semelhantes ao do Canadá (próximo ao ponto 8) e cai para a última posição (6,25 de média). Novamente gostaríamos de destacar a forte oscilação dos EUA, que chegou entre 2010 e 2012 a atingir médias superiores a 8,5, para descer a menos de 7 no final do período.

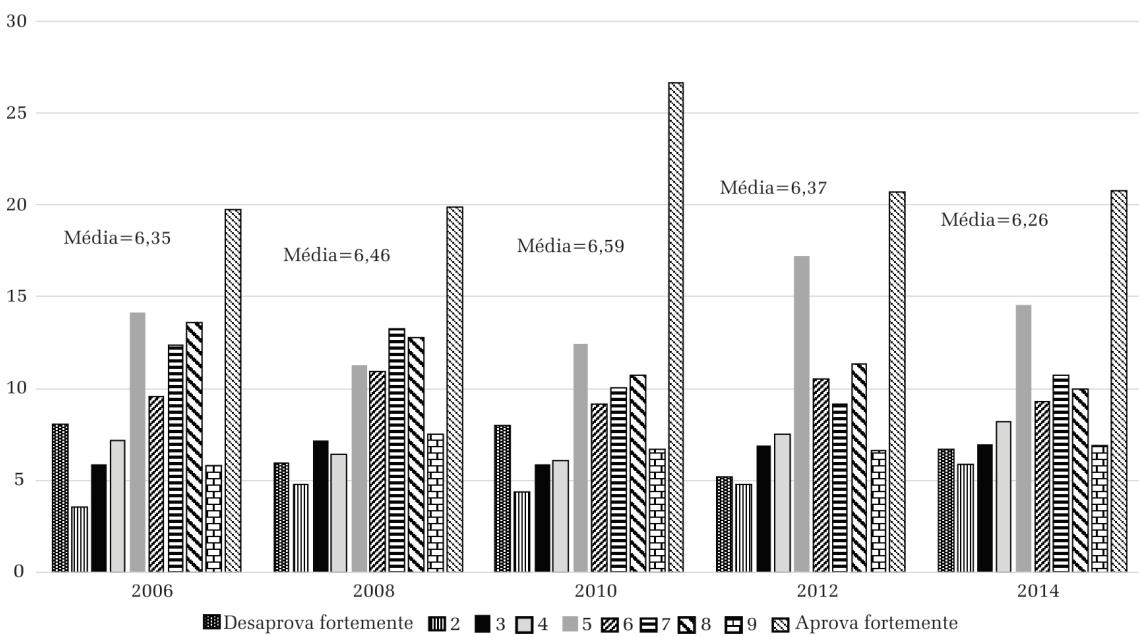
Na terceira medida, que avalia a aprovação do direito desse grupo a con-

Gráfico 2 – Aprovação do direito de votar para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, países da América Latina, EUA e Canadá, 2006-2014 (Média)



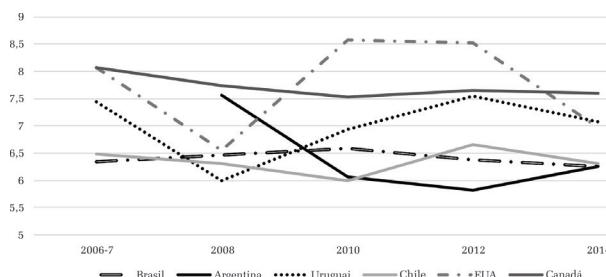
Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014)

Gráfico 3 – Aprovação do direito de manifestação para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, 2007-2014 (%)



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

Gráfico 4 – Aprovação do direito de manifestação para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, países da América Latina, EUA e Canadá, 2006-2014 (Média)



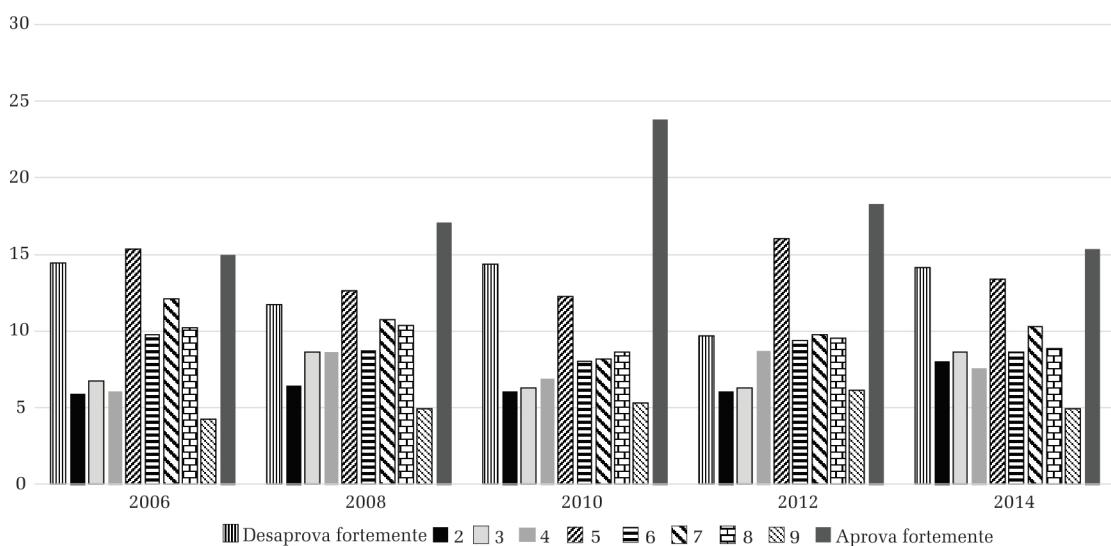
Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

correr a cargos públicos, observamos as menores medias até o momento, nunca se atingindo o ponto 6. É marcante a diferença de concentração na comparação com as duas variáveis anteriores, pois, nos anos de 2006, 2008 e

2014, a coluna dos que aprovam “totalmente” (ponto 10 da escala) rivaliza em tamanho com o ponto mínimo (1) e o intermediário (5). De forma semelhante ao observado anteriormente, constatamos queda em 2014, tanto na média quanto no percentual de indivíduos no polo positivo da escala.

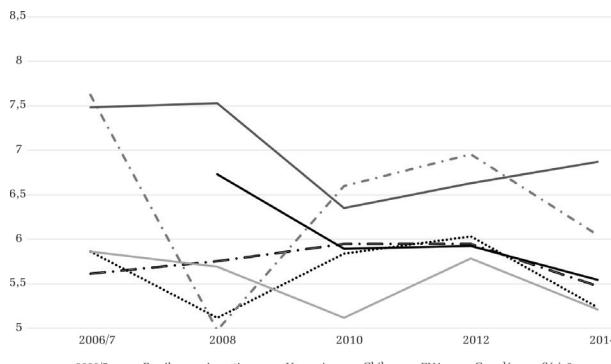
O quadro comparativo apresenta algumas diferenças interessantes (Gráfico 6). A primeira delas diz respeito à maior homogeneidade do bloco latino, com o Uruguai se reunindo aos vizinhos ao longo de todo o período. Esse país que, nas duas medidas anteriores, apresentou situação inicial e final superior à nossa, nesse indicador parte da

Gráfico 5 – Aprovação do direito de concorrer a cargos públicos para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, 2007-2014 (%)



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

Gráfico 6 – Aprovação do direito de concorrer à cargos públicos para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, países da América Latina, EUA e Canadá, 2006-2014 (Média)



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

penúltima posição e termina dividindo a última com o Chile (média de 5,2 para ambos). Também é importante perceber que esse indicador é o menos positivo entre todos os países, inclusive no caso do Canadá, que termina a série com 6,87 de média. Ao que tudo indica, apesar de favoráveis aos direitos de expressão (pelo voto ou por manifestações públicas), o acesso a cargos públicos para pessoas que abertamente falam mal da forma de governo parece ser percebido como ameaça

potencial pelos cidadãos do continente americano como um todo, apesar de ser mais acentuada entre os latinos.

A última variável que toma como grupo de referência as pessoas que falam mal da forma de governo diz respeito ao direito de discursar, e o padrão é semelhante ao observado na variável anterior, porém com valores ligeiramente inferiores na maioria dos anos. A mesma redução no último período ocorre, chegando à menor média para todas as variáveis analisadas (5,27). O brasileiro parece atribuir importância semelhante ao direito de realizar discursos e de concorrer a cargos, avaliando como potencialmente perigoso se usufruído por esse grupo de indivíduos.

Podemos perceber que esse padrão se repete entre os demais países latinos, incluindo o Uruguai, que, nas primeiras variáveis, se aproximava mais do Canadá. A trajetória da Argentina chama a atenção, pois, apesar de manter a primeira posição entre os vizinhos em todo o período, sofre queda considerável e tem sua média reduzida de 6,67 para 5,53.

No que diz respeito a Canadá e EUA, o com-

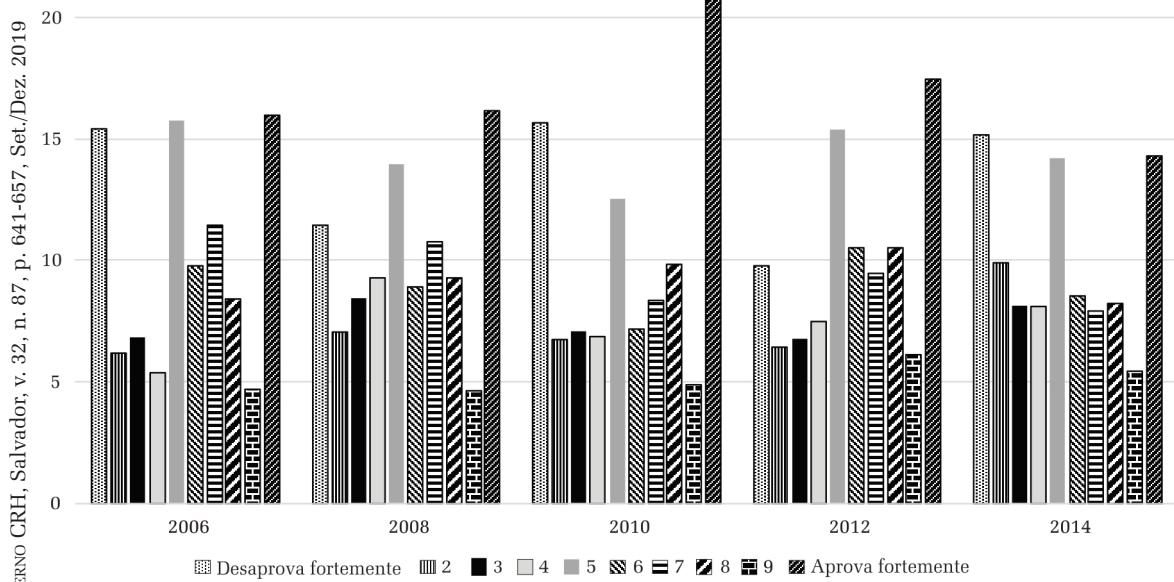
portamento é bastante semelhante à variável anterior, ou seja, apresenta médias inferiores às verificadas nos dois primeiros indicadores.

Como já antecipamos, o LAPOP também pergunta aos entrevistados desses países se aprovam o direito político de homossexuais concorrerem a cargos públicos. Ao comparar os dados dessa variável com os daquela que avalia a aprovação desse mesmo direito para o grupo de pessoas que falam mal da forma de governo, podemos observar um cenário ligeiramente mais positivo, já que, em todos os anos, a média na escala é superior (Gráfico 9). Além disso, há uma tendência de elevação na aprovação, ainda que em 2014 ocorra uma queda, e percebemos claramente uma concentração de casos no extremo positivo da escala de aprovação.

A comparação com os cinco países selecionados revela particularidades relevantes (Gráfico 10). A primeira delas diz respeito à trajetória errática do Uruguai, que chega a atingir nível de aprovação semelhante ao canadense em 2012 e, no momento seguinte da pesquisa, desce para os patamares de seus vizinhos lati-

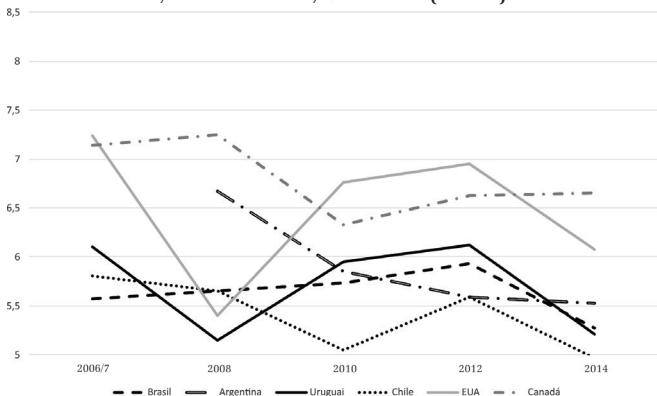
Gráfico 7 – Aprovação do direito de discursar para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, 2007-2014 (%)

25



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

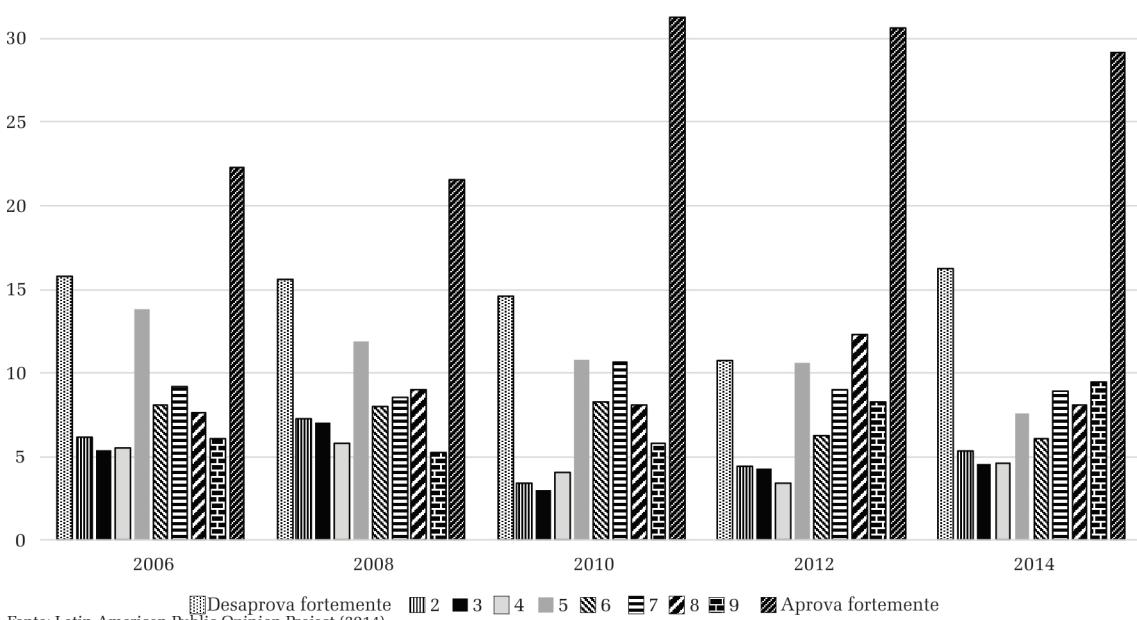
Gráfico 8 – Aprovação do direito de discursar para pessoas que falam mal da forma de governo, Brasil, países da América Latina, EUA e Canadá, 2006-2014 (Média)



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

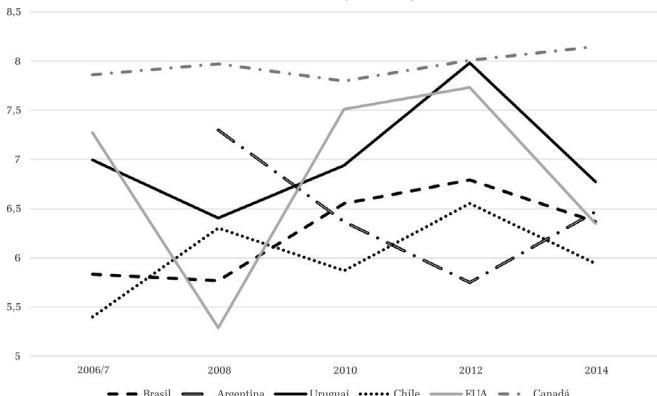
Gráfico 9 – Aprovação do direito de concorrer a cargos públicos para homossexuais, Brasil, 2007-2014 (%)

35



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

Gráfico 10 – Aprovação do direito de concorrer a cargos públicos para homossexuais, Brasil, países da América Latina, EUA e Canadá, 2006-2014 (Média)



Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

nos, apesar de continuar ocupando a primeira posição nesse grupo. O segundo destaque fica por conta dos EUA, que novamente parece se agrupar melhor entre os países da parte sul do continente, especialmente em razão de forte queda entre 2012 e 2014. O destaque positivo fica por conta do Canadá, que mantém médias próximas de 8 ao longo de toda a série e atinge 8,15 em 2014.

CONDICIONANTES DA TOLERÂNCIA POLÍTICA

Para além dessa discussão sobre a amplitude e a intensidade da tolerância, a literatura tem avançado consideravelmente na compreensão dos possíveis fatores que fazem com que alguns indivíduos manifestem maior tolerância que outros. O trabalho de Sniderman (1975), por exemplo, identifica a autoestima e o aprendizado social como importantes preditores de posturas mais tolerantes. Sullivan, Piereson e Marcus (1982), por sua vez, destacam a percepção de ameaça, os valores democráticos e a insegurança psicológica como fatores fortemente associados à intolerância generalizada e também em grupos específicos. Mais recentemente Stenner (2005) inclui, como condicionante relevante, o traço de personalidade *autoritarismo*.

Dentre todos esses, entretanto, o mais recorrentemente confirmado como preditor relevante tem sido a percepção de ameaça. O estudo pioneiro de Stouffer (1955) já demonstrava que o nível de intolerância individual estava diretamente relacionado com a sensação (real ou imaginária) de ameaça oferecida por grupos dissidentes em relação a importantes valores ou à ordem constitucional como um todo.

Como alertam Sullivan, Piereson e Marcus (1982), é importante distinguir as dimensões psicológica e política da percepção de ameaça. Em termos estritamente psicológicos, algumas pessoas podem ver ameaças onde elas não existem, enquanto outras simplesmente

não percebem qualquer risco quando, de fato, ele é eminentemente. Dessa forma, “[...] people may be psychologically inclined to be either tolerant or intolerant” (Sullivan; Piereson; Marcus, 1982, p. 186). Em termos políticos, essa sensação deriva da percepção do indivíduo a respeito da força dos grupos entendidos como dissidentes e, portanto, está ligada ao ambiente político mais imediato. Para os autores, essas visões são complementares e precisam ser integradas empiricamente para a adequada compreensão do fenômeno

Para medir o quanto ameaçados os indivíduos se sentem, os autores, após identificar o grupo *least-liked*, apresentam uma lista de pares de adjetivos contrastantes (fraco e forte, honesto e desonesto, confiável e não confiável, previsível e imprevisível, seguro e perigoso, importante e desimportante, violento e não violento, bom e mau) para que os entrevistados atribuam notas para cada dissidente. Por meio de análise fatorial, essas notas são combinadas em um indicador de ameaça para cada grupo *least-liked*, que se revelou fortemente relacionado com a intolerância.

Estudos posteriores demonstraram que a percepção de ameaça mais relevante na explicação da tolerância não é aquela que diz respeito ao bem-estar individual (ameaça egotrópica), mas sim aquela que supostamente atingiria o grupo social de pertencimento ou à sociedade como um todo (ameaça sociotrópica) (Davis; Silver, 2004; Gibson; Gouws, 2003).

Como a percepção de ameaça tem uma dimensão psicológica importante, isso levou diferentes pesquisadores a investigar o papel de características de personalidade na conformação de posturas politicamente intolerantes. Marcus e colaboradores (1995) defendem, por exemplo, que, apesar de a percepção de ameaça ter um lastro na realidade política objetiva, a extensão da ameaça sociotrópica pode ser ampliada e potencializada entre indivíduos que apresentam traços psicológicos como autoritarismo, chauvinismo ou nacionalismo.

Essa interação entre o ambiente políti-

co real e atributos individuais relacionados à personalidade tem inspirado pesquisas muito interessantes. Feldman (2003) identificou que autoritarismo e a percepção de um ambiente estressante interagem na criação da intolerância. Gibson e Gouws (2003) confirmam que percepções acerca da escalada da violência urbana se combinam com medidas de ansiedade individual na alimentação do sentimento de ameaça entre cidadãos sul-africanos.

O apoio à democracia também tem sido apontado como condicionante da tolerância desde a proposição do modelo de Sullivan, Piereson e Marcus (1982). Gibson, Duch e Tedin (1992) e também Finkel e Ernst (2005), seguindo essa pista, confirmam a existência de relacionamento significativo com medidas de apoio a instituições e a processos democráticos.

Além de todos esses fatores, é importante reconhecer que os preditores clássicos nos estudos sobre comportamentos e atitudes políticas têm também aparecido como relevantes nessa literatura específica. Efeitos de escolaridade, sexo, idade e renda têm sido identificados, desde o estudo pioneiro de Stouffer (1995), nas reformulações de Sullivan, Piereson e Marcus (1982) e nos vários trabalhos publicados por Gibson e seus inúmeros colaboradores.

Infelizmente, os dados do LAPOP não permitem investigar a influência da percepção de ameaça (real ou imaginária) sobre os níveis de tolerância política dos brasileiros, principalmente porque não há informações complementares sobre a avaliação que os entrevistados fazem do grupo de referência (pessoas que falam mal da forma de governo e homossexuais), tal como na metodologia proposta por Sullivan, Piereson e Marcus (1982). Toda-
via, essa pesquisa levanta informação sobre a sensação de segurança dos entrevistados, que pode ser proposta como medida alternativa de insegurança e ameaça, e poderia supostamente influenciar negativamente medidas de tolerância. Como apontam Gibson e Gouws (2003), a percepção de aumento da criminalidade e de riscos à segurança individual e coletiva poten-

cializa a ansiedade individual e o sentimento de ameaça, o que alimenta a intolerância.

Essa medida, que refletiria a percepção de uma ameaça potencial, é obtida com a pergunta *“Falando do lugar ou bairro onde o(a) sr./sra. vive, e pensando na possibilidade de ser vítima de um assalto ou roubo, o(a) sr./sra. se sente muito seguro(a), pouco seguro(a), pouco inseguro(a) ou muito inseguro(a)?”*. A variável é codificada como uma escala de quatro pontos, como segue: 0 (muito inseguro), 1 (pouco seguro), 2 (pouco inseguro) e 3 (muito inseguro).

Como o segundo bloco de preditores mais recorrentes na literatura são relacionados à adesão e ao apoio normativo à democracia e suas instituições (Finkel; Ernst, 2005; Gibson; Duch; Tedin, 1992; Sullivan; Piereson; Marcus, 1982), procuramos operacionalizar medidas que correspondam a essa dimensão. Atentos as críticas recentes sobre as limitações de medidas unidimensionais de adesão democrática (Dalton; Shin; Jou, 2007; Moisés, 2010), como a derivada da clássica afirmação churchilliana (*a democracia pode ter seus problemas, mas ainda é a melhor forma de governo*), procuramos construir um índice multidimensional de democratismo. Para isso, seguimos as recomendações de Booth e Seligson (2009) e combinamos questões relativas a princípios democráticos com outras que testam a consistência da opção pela democracia em alguns contextos críticos. Com isso, nossa intenção foi evitar ambiguidades envolvidas no uso da palavra “democracia” e, ao mesmo tempo, gerar uma medida que incorpore ambiguidades e nuances na adesão (Carlin; Singer, 2011; Casalecchi, 2016; Fuks et al., 2016; Schedler; Sarsfield, 2007).

Para construir a medida multidimensional de estatismo, iniciamos com o entendimento de que a democracia pressupõe a existência de canais de participação política que ultrapassam a participação eleitoral (Verba; Schlossman; Brady, 1995), de modo que selecionamos, primeiramente, a mesma questão empregada por Booth e Seligson (2009): *O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas,*

que sempre falam mal da forma de governo, realizem manifestações pacíficas com o propósito de expressar seus pontos de vista? Os entrevistados eram levados a escolher em uma escala de 1 a 10, qual o ponto que melhor representava sua posição sobre o assunto. Como veremos a seguir, todas as demais variáveis utilizadas na composição do índice são dicotômicas; portanto, optamos por recodificar essa primeira para variar entre 0 e 1.

Considerando também o princípio fundamental do equilíbrio dos poderes em governos representativos, incluímos a variável derivada da seguinte pergunta: *O(A) sr./sra. acredita que, quando o país está enfrentando dificuldades, é (1) Sim, justificável que o presidente da república feche o Congresso e governe sem o Congresso?* Dessa vez, trata-se de uma medida dicotómica (0-1), que representa posícões contrárias e favoráveis a esse princípio democrático.

As questões que testam a consistência da opção pela democracia em condições críticas têm esse enunciado único: *Algumas pessoas dizem que, em certas circunstâncias, se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar...?* Na sequência, são elencadas duas circunstâncias: 1) quando há muito crime e 2) diante de muita corrupção. Em ambos os casos a codificação é dicotómica, com 0 representando “não se justifica” e 1 “sim, se justifica”.

Para a composição do índice, procedemos ao somatório dessas variáveis e à sua posterior transformação para uma escala de 0 a 10, que reflete diferentes níveis de adesão à democracia entre os entrevistados.

Como Finkel e Ernst (2005) identificaram uma relação entre tolerância e o apoio específico a instituições e processos democráticos, também procuramos considerar essa dimensão em nossas análises através da criação de um índice de apoio institucional. A primeira medida incorporada diz respeito ao nível de respeito,

em geral, pelas instituições, obtido com a questão “Até que ponto o(a) sr./sra. tem respeito pelas instituições políticas do Brasil?”. A segunda variável é sobre a confiança dos indivíduos em relação às eleições, a partir da pergunta “Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nas eleições neste país?”. A última medida desse índice diz respeito aos partidos políticos, obtida com a questão “Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos partidos políticos?” Para as três questões, a escala de respostas vai de 1 (nada) a 7 (muito) e, após o somatório, realizamos a conversão para uma escala de 0 a 10.

Embora a literatura internacional não dedique atenção à relação entre autoposicionamento ideológico e tolerância, inserimos essa escala de posicionamento como um dos condicionantes de posturas tolerantes. Por fim, para além dessas variáveis, também foram considerados fatores sociodemográficos recorrentes na literatura sobre atitudes políticas, como sexo, idade e escolaridade.

Enquanto, na seção anterior, analisamos os níveis de tolerância considerando as posições dos indivíduos em relação a cada um dos direitos políticos para os grupos de referência, nesta etapa de identificação dos condicionantes, todavia, optamos por uma redução dessas múltiplas dimensões da tolerância a uma medida integrada, que chamamos de Índice de Tolerância Política (ITP). Para tanto, inicialmente, conduzimos uma análise fatorial envolvendo as cinco variáveis e identificamos, em todos os anos, cargas fatoriais suficientes para identificar um componente reunindo as quatro primeiras medidas que tomam como referência o grupo daqueles que “falam mal da forma de governo” (Tabela 1). Os resultados indicam claramente que não há comunalidade entre essas e a última medida, que toma como grupo os homossexuais. Diante disso, o índice foi composto com as quatro variáveis iniciais, com padronização para uma escala de 1 a 10 (média 5,7 e mediana 5,5). A última variável, portanto, será analisada em separado.

Tabela 1 – Análise factorial com as medidas de tolerância, Brasil, 2006-2014

Variáveis	2006	2008	2010	2012	2014
Voto	,64	,68	,67	,77	,61
Manifestação	,78	,74	,82	,85	,74
Cargo	,85	,85	,88	,87	,85
Discurso	,87	,83	,84	,82	,81
Cargo/ Homossexuais	,52	,50	,32	,35	,35
% variação	55	54	54	58	48
Alpha de Crombach	,85	,84	,83	,85	,8

Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

Nota: Rotação Oblimin.

O modelo para ITP (Tabela 2) indica que, para além das dimensões sociodemográficas, apenas a medida de democratismo se apresenta como preditor relevante. Como era esperado a partir da revisão de literatura sobre os condicionantes da tolerância, a intensidade da adesão normativa à democracia eleva os níveis de tolerância. Mais especificamente, cada avanço na escala de 10 pontos da medida de democracia eleva a pontuação na tolerância em quase um ponto (0,91), o que é algo bastante expressivo.

A falta de efeito da sensação de segurança indica, por sua vez, que não há relação entre a insegurança generalizada (e a possível ansiedade gerada por ela) e a tolerância política. Essa conclusão já podia ser antecipada pela revisão dos estudos apresentada anteriormente, que aponta a importância de uma dimensão bem mais específica ligada à percepção de ameaça em relação a grupos específicos.

O índice de apoio às instituições também não apresentou efeito estatisticamente significativo, o que aparece indicar que essa dimensão específica do apoio, diferentemente da adesão normativa, não é importante para ampliar ou reduzir a tolerância a esse grupo de pessoas que criticam a forma de governo.

O mesmo ocorre com o autopercebido ideológico, o que é comprensível em razão de o grupo de referência não se reportar, especificamente, à direita ou à esquerda, já que pessoas que criticam abertamente a forma

de governo podem tanto se localizar no polo à esquerda (comunistas e defensores de uma forma de governo baseada na ditadura do proletariado, por exemplo) quanto no extremo à direita (militaristas que defendem a intervenção das forças armadas).

Finalmente, entre as variáveis sociodemográficas, idade e escolaridade se mostraram relevantes, com sinais inversos. A idade apresentou efeito negativo, indicando que mais velhos tendem a ser menos tolerantes, com redução de 0,06 no ITP a cada ano de vida. A escolaridade, conforme era esperado, apresentou expressivo efeito positivo, com cada ano completo elevando em 0,28 o índice de tolerância. Como a escolaridade apresenta valores que vão de 0 (sem escolarização formal) e 17 (pós-graduação), os efeitos cumulativos são evidentemente de grande monta.

Tabela 2 – Condicionantes da Tolerância Política, Brasil, 2014

Variáveis	B
Intercepto	16,83*** (1,538)
Sexo	-,80 (,534)
Idade	-,06** (,018)
Escolaridade	,28*** (,073)
Sensação de segurança	,37 (,27)
Índice de democratismo	,91*** (,10)
Índice de apoio as instituições	,16 (,137)
Posicionamento ideológico	-,09 (,11)
R-quadrado	,12

Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

Nota: *** 0,01, ** 0,05, * 0,05

A Tabela 3 apresenta modelo semelhante ao anterior, mas considerando como variável dependente a medida única sobre tolerância política que toma como grupo de referência os homossexuais. A primeira conclusão importante diz respeito à falta de efeito das variáveis atitudinais, indicando claramente que a tolerância a esse grupo não está relacionada a disposições em relação a objetos políticos ou à sensação de segurança, no sentido generalizado usado nos testes.

Entre os preditores sociodemográficos, entretanto, a situação é bem outra. O sexo dos entrevistados apresentou efeito positivo bastante considerável, indicando que as mulheres (1 na codificação) têm pontuação 0,73 maior do que os homens, controlados os efeitos de todas as demais variáveis. De forma semelhante ao que verificamos no modelo anterior para ITP, os mais velhos aqui também tendem a ser menos tolerantes. O impacto da escolaridade continua sendo positivo, apesar de mais modesto, elevando essa medida de tolerância aos direitos políticos de homossexuais em 0,10 ponto a cada ano de escolaridade adicional.

Tabela 3 – Condicionantes da Tolerância Política aos Homossexuais, Brasil, 2014

Variáveis	B
Intercepto	6,34*** (0,55)
Sexo	,73*** (,193)
Idade	-,02*** (,006)
Escalaridade	,10*** (,026)
Sensação de segurança	,15 (,098)
Índice de democratismo	,06 (,035)
Índice de apoio as instituições	-,09 (,049)
Posicionamento ideológico	-,06 (,039)
R-quadrado	,068

Fonte: Latin American Public Opinion Project (2014).

Nota: *** 0,01, ** 0,01, * 0,05

tornem possível a convivência democrática.

Neste trabalho, exploramos a dimensão da tolerância política junto aos brasileiros. Tal análise adquire especial relevância considerando-se a exacerbada do conflito político vivenciado nos últimos anos no Brasil (Borba; Ribeiro; Ayres, 2016).

Um primeiro esforço do artigo foi histórico e comparativo, buscando verificar em que medida os indicadores de tolerância têm variado no país, no âmbito de praticamente uma década, além de cotejar esses resultados com dados de outras democracias. Os dados indicam que, em todos indicadores, a opinião dos brasileiros tende a ser majoritariamente tolerante para o conjunto das medidas adotadas, verificando-se, porém, um declínio em todas elas quando observada a pesquisa de 2014. Tais resultados, se não são assustadores num primeiro momento, podem já estar refletindo o momento político vivenciado pelo país, conforme foi mencionado acima. Mais preocupante é que, em termos comparativos, tais variações também são semelhantes às verificadas nos Estados Unidos, o que tem levado alguns autores a indicar o aumento da intolerância política entre os norte-americanos, o declínio da adesão à democracia e a ascensão do populismo, como foi o caso da vitória eleitoral de Donald Trump (Foa; Mounk, 2017; Galston, 2017), levando a diagnósticos sombrios sobre o próprio futuro da democracia nesse país (Foa; Mounk, 2017).

Quanto aos determinantes da tolerância política, o artigo refuta uma possível linha de interpretação sobre as consequências políticas de um ambiente de insegurança e violência generalizadas, como é o caso brasileiro. O sentimento de insegurança exerceria um efeito hobbesiano, ao colocar aos cidadãos a via do autoritarismo como única solução para uma vida social marcada pela insegurança. Os dados, porém, indicam que não existe qualquer efeito significativo entre tolerância e ter sido vítima de crime.

Por outro lado, a tolerância parece ser produto da mobilização cognitiva, de modo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da ideia de que a democracia está fundamentada tanto nos princípios da participação quanto da contestação (Dahl, 2012), a existência de um ambiente em que vigore a tolerância política adquire um papel central para a sobrevivência de tal regime. Como vimos acima, tal ambiente pressupõe não somente a existência de uma estrutura institucional adequada, que seja garantidora dos direitos de minorias, por exemplo, mas também de um conjunto de crenças e valores que

que os eleitores mais escolarizados e mais aderentes à democracia são os mais tolerantes politicamente. O fato de os resultados terem apontado também que os jovens são mais tolerantes indica um quadro semelhante àquele desenhado por Dalton (2016) para o contexto da democracia norte-americana.

Existiria, assim, uma relação entre sofisticação, idade e tolerância política, que apenas foi identificada aqui, mas que precisa ser devidamente avaliada no sentido de buscar captar os nexos causais que relacionam uma dimensão a outra. Esse, porém, é um tema que constitui parte de uma agenda de pesquisas em desenvolvimento e cujos resultados serão apresentados em trabalhos futuros.

Recebido para publicação em 28 de agosto de 2017
Aceito em 14 de dezembro de 2019

REFERÊNCIAS

- BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. *The legitimacy puzzle: democracy and political support in eight Latin American nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 355 p.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E.; AYRES, C. *Polarização política e protesto no Brasil*. [S.l.: S.n.], 2016. Mimeo/rafado.
- CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. Support for Polyarchy in the Americas. *Comparative political studies*, v. 44, n. 11, p. 1500-1526, 2011.
- CASALECCHI, G. A. *Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais*. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997. 234 p.
- DAHL, R. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 640 p.
- DALTON, R. J.; SHIN, D. C.; JOU, W. Understanding democracy: data from unlikely places. *Journal of democracy*, v. 18, p. 142-156, 2007.
- DALTON, R. The Good Citizen: how millennials are reshaping American Politics. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 2016.
- DAVIS, D. *Negative liberty: public opinion and the terrorist attacks on America*. New York: Russel Sage, 2007. 296 p.
- DAVIS, D.; SILVER, B. Civil liberties vs. security: public opinion in the context of the terrorist attacks on America. *American journal of political science*, v. 48, p. 28-46, 2004.
- DENNY, K.; DOYLE, O. Political interest, cognitive ability and personality: determinants of voter turnout in Britain. *British journal of political science*, v. 38, p. 291-310, 2008.
- FELDMAN, S. Enforcing social conformity: a theory of authoritarianism. *Political Psychology*, v. 24, n. 1, p. 41-74, 2003.
- FINKEL, S.; ERNST, H. Civic education in post-Apartheid South Africa: alternative paths to development of knowledge and democratic values. *Political Psychology*, v. 26, n. 3, p. 333-64, 2005.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Signs of deconsolidation. *Journal of democracy*, v. 28, n. 1, jan. 2017.
- FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista brasileira de Ciência Política*, v. 19, p. 199-219, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0103-35220161908>. Acesso em: 03 maio 2018.
- GALSTON, W. A. The 2016 U.S. election: the populist moment. *Journal of democracy*, v. 28, n. 2, apr. 2017.
- GIBSON, J. L. On the nature of tolerance: dichotomous or continuous? *Political Behavior*, v. 27, n. 4, p. 339-45, 2005.
- GIBSON, J. L. Political intolerance in the context of democratic theory. In: GOODIN, R. E. (Ed.). *The Oxford handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- GIBSON, J. L. Measuring political tolerance and general support for pro-civil liberties policies. *Public opinion quarterly*, v. 77, p. 45-68, 2013.
- GIBSON, J.; BINGHAM, R. *Civil liberties and nazis: the Skokie free speech controversy*. New York: Praeger, 1985. 227 p.
- GIBSON, J.; DUCH, R.; TEDIN, K. Democratic values and the transformation of Soviet Union. *Journal of Politics*, v. 54, n. 2, p. 329-71, 1992.
- GIBSON, J.; GOUVES, A. *Overcoming intolerance in South Africa*. New York: Cambridge University Press, 2003. 262 p.
- GERBER, A.; GREEN, D.; LARIMER, C. W. Social Pressure and Voter Turnout: Evidence from a Large-Scale Field Experiment. *American political science review*, v. 102, n. 1, p. 33-48, 2008.
- GOLDSTEIN, R. *Political repression in Modern America*. Cambridge: Schenkman, 1978. 682 p.
- HURWITZ, J.; MONDAK, J. Democratic principles, discrimination and political intolerance. *British journal of political science*, v. 32, n. 1, p. 93-118, jan. 2002.
- MARCUS, J. et al. *With malice toward some: how people make civil liberties judgments*. New York: Cambridge University Press, 1995. 288 p.
- MILL, J. S. *On liberty*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2007. p. 192.
- MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.
- MOISÉS, J. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião pública*, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.
- MONDAK, J. *Personality and the fundations of political behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 227 p.
- MONDAK, J. et al. Personality and civic engagement: an integrative framework for the study of trait effects on political Behavior. *American political science review*, v. 104, n. 1, p. 85-110, 2010.
- MONDAK, J.; SANDERS, M. Tolerance and intolerance, 1976-1998. *American journal of political science*, v. 47, n. 3, p. 492-502, 2003.
- PEFFLEY, M.; ROHRSCHNEIDER, R. Democratization and political tolerance in seventeen countries: a multi-level model of democratic learning. *Political research quarterly*, v. 54, n. 2, p. 243-57, 2003.
- POHL, C. European states dealing with extremist political parties. Prohibition of political parties as an instrument

- of repressive state policy. In: BESIER, G. et al. *Fascism, communism and the consolidation of democracy*. Berlim: Lit Verlag, 2006.
- SCHEDLER, A.; SARSFIELD, R. Democrats with adjectives: linking direct and indirect measures of democratic support. *European journal of political research*, v. 46, p. 637-659, 2007.
- SMITH, T. W. et al. *General Social Surveys, 1972-2014*. Chicago: NORC at the University of Chicago, 2014.
- SNIDERMAN, P. *Personality and democratic politics*. Berkeley: University of California Press, 1975. 367 p.
- STENNER, K. *The authoritarian dynamics*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- STOUFFER, S. *Communism, conformity and civil liberties*. New York: Doubleday, 1955. 286 p.
- SULLIVAN, J.; PIERSON, J.; MARCUS, G. *Political tolerance and American democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1982. 278 p.
- VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. *Voice and equality: civic voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

**POLITICAL TOLERANCE IN RECENT BRAZIL:
evolution of indicators and conditioning factors**

Ednaldo Ribeiro
Julian Borba

Combining public contestation with political participation, democracy is equally dependent on an environment of political tolerance. A quality democracy could not exist in an environment marked by strong intolerance, in which people do not have the opportunity to express their opinions and debate their ideals. This conditionality imposes difficulties for the process of improving Brazilian democracy, especially considering the troubled past years. The current political crisis, which began with the protests that culminated in the impeachment of President Dilma Rousseff and has not yet ended, has been marked by strong contentiousness and manifestations of intolerance by the different parties involved in the dispute. Given this scenario, this article presents a framework of political tolerance in recent Brazil. Using the *Latin American Public Opinion Project's* (LAPOP) historical data series, we analyze the evolution of different indicators of politically tolerant attitudes and, beyond these general contours, explore possible socio-demographic, attitudinal and behavioral determinants. The data indicate that in all indicators, the opinion of Brazilians tends to be mostly tolerant for the set of measures adopted, however, there was a decline in all of them when observing the 2014 survey. Regarding the determinants of tolerance, we found evidence that such attitudes are related to higher levels of voter cognitive mobilization.

TOLÉRANCE POLITIQUE AU BRÉSIL RÉCENT: évolution des indicateurs et des facteurs de conditionnement

Ednaldo Ribeiro
Julian Borba

La combinaison de protestations du public avec la participation politique, la démocratie dépend également d'un environnement de tolérance politique. La qualité de la démocratie ne pouvait pas exister dans un environnement marqué par une forte intolérance dans laquelle les gens ont pas la possibilité d'exprimer leurs points de vue et discuter de leurs idéaux. Cette conditionnalité impose des difficultés pour le processus d'amélioration de la démocratie brésilienne, surtout compte tenu des turbulences ces dernières années. La crise actuelle, qui a commencé avec les protestations qui ont conduit à la destitution du président Dilma Rousseff et toujours pas de date de fin a été marquée par un fort contentieux et manifestations d'intolérance par les différentes parties impliquées dans le différend. Dans ce scénario, cet article présente un cadre de tolérance politique dans le récent Brésil. Avec l'utilisation de la série historique des données d'opinion publique du projet sur l'opinion publique latino-américain (LAPOP), nous analysons l'évolution des différents indicateurs d'attitudes de tolérance politique et en plus de ces grandes lignes, nous explorons possibles contraintes socio-démographiques, des attitudes et du comportement. Les données indiquent que, dans tous les indicateurs, l'opinion des brésiliens a tendance à être généralement tolérante pour l'ensemble des mesures adoptées, cependant, il y a eu une baisse de chacun d'entre eux lors de l'observation de l'enquête de 2014. En ce qui concerne les déterminants de la tolérance, nous avons trouvé des preuves que ces attitudes sont liées à des niveaux plus élevés de mobilisation cognitive des électeurs.

KEY-WORDS: Political tolerance. Brazil. Political behavior.

MOTS-CLÉS: Tolérance politique. Brésil. Comportement politique.

Ednaldo Ribeiro – Doutor em Sociologia Política. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, Integra o Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL), desenvolvendo pesquisas na área de Comportamento Político. Publicações recentes: *Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático*: evidências a partir da América Latina (Revista Brasileira de Ciência Política, 2019, com Mario Fuks e Gabriel Casalecchi); *Contexto democrático, escolaridade e tolerância política na América Latina* (Revista Latino-americana de Opinión Pública, 2019, com Julian Borba e Mario Fuks); *Personalidade e Comparecimento Eleitoral na América Latina*: efeitos de características psicológicas individuais em contextos de obrigatoriedade (Dados – Revista de Ciências Sociais, 2019, com Julian Borba); Tolerância política no Brasil (Opinião Pública, 2019, com Mario Fuks), Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária (Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2018, com Julian Borba, Yan Carreirão e Éder Gimenes).

Julian Borba – Doutor em Ciência Política. Realizou estágio pós doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2010-2011). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq. Entre agosto de 2019 e julho de 2020 está atuando como Visting Scholar junto ao Center for Iberian and Latin American Studies, University of California, San Diego (CILAS/UCSD). Tem experiência na área de Ciência Política, tendo se dedicado aos seguintes temas: participação política, cultura política e comportamento eleitoral. Coautor de *Participação Política na América Latina* (Eduem, 2015).

